

Everton Luiz Zanella

INFILTRAÇÃO DE AGENTES E O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

**Análise do Mecanismo Probatório Sob o
Enfoque da Eficiência e do Garantismo**

2ª Edição

**Revista, Ampliada e Atualizada em
Conformidade com a Lei 13.964/2019
(Pacote Anticrime)**

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-100-0



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Zanella, Everton Luiz.

Z28 Infiltração de agentes e o combate ao crime organizado:
análise do mecanismo probatório sob o enfoque da eficiência
e do garantismo./ Everton Luiz Zanella./ 2ª edição./ Curitiba:
Jurua, 2020.
352p.

1. Crime organizado. 2. Prova (Direito). 3. Serviço se-
creto. 4. Investigações. I. Título.

CDD 345.05
CDU 343.232

000011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 CRIMINALIDADE ORGANIZADA	27
1.1 BREVE HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	27
1.2 ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL	33
1.3 ESPÉCIES DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E SUAS CA- RACTERÍSTICAS	36
1.3.1 Organizações Mafiosas	37
1.3.2 Organizações Criminosas em Rede	38
1.3.3 Organizações Criminosas Empresariais	40
1.3.4 Organizações Criminosas Institucionais	43
1.4 CONCEITO LEGAL	47
1.5 TIPIFICAÇÃO PENAL DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	49
1.5.1 Tipificação de “Organização Criminosa” no Direito Estran- geiro	49
1.5.2 Tipificação de “Organização Criminosa” no Direito Brasilei- ro: Art. 2º da Lei 12.850/2013	53
1.6 ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS	58
1.7 O DIREITO FUNDAMENTAL DE PROTEÇÃO CONTRA A CRI- MINALIDADE ORGANIZADA	62
2 TEORIA GERAL DA PROVA NO PROCESSO PENAL	69
2.1 PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL	69
2.2 SISTEMA ACUSATÓRIO	71
2.3 PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	72
2.3.1 Juiz Natural	73
2.3.2 Ampla Defesa	74

2.3.3	Contraditório	77
2.3.4	Estado de Inocência.....	78
2.3.5	Direito ao Silêncio	83
2.3.5.1	Definição	83
2.3.5.2	O interrogatório e o direito ao silêncio.....	84
2.3.5.3	O alcance do direito ao silêncio.....	89
2.4	PROVA: CONCEITO, OBJETIVO E CLASSIFICAÇÃO.....	90
2.5	BUSCA DA VERDADE REAL	91
2.5.1	Conceito e Distinções.....	91
2.5.2	Ônus da Prova	96
2.5.3	Poder Instrutório Residual do Magistrado.....	99
2.5.4	Sistema do Livre Convencimento Motivado.....	101
2.6	DIREITO E RESTRIÇÕES À PROVA	106
2.6.1	A Vedação da Prova Obtida por Meio Ilícito.....	106
2.6.2	Prova Ilícita por Derivação, Fonte Independente e Descoberta Inevitável.....	110
2.6.3	Utilização da Prova Ilícita e o Princípio da Proporcionalidade... 112	
3	PROVAS EM ESPÉCIE	121
3.1	MEIOS DE PROVA NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	121
3.1.1	Perícias.....	122
3.1.1.1	Generalidades e o “corpo de delito”.....	122
3.1.1.2	Exame necroscópico e exumação.....	124
3.1.1.3	Exame de lesões corporais	125
3.1.1.4	Exame de local dos fatos.....	125
3.1.1.5	Exames laboratoriais	126
3.1.1.6	Exames em instrumentos e objetos de infrações penais	127
3.1.2	Confissão.....	128
3.1.3	Declarações do Ofendido.....	129
3.1.4	Prova Testemunhal.....	131
3.1.5	O Sistema de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas..	135
3.1.6	Reconhecimento de Pessoas e Coisas	137
3.1.7	Acareação.....	140
3.1.8	Prova Documental.....	142
3.1.9	Prova Indiciária	144
3.1.10	Busca e Apreensão	145

3.1.10.1	Natureza e finalidade.....	145
3.1.10.2	Busca domiciliar.....	146
3.1.10.3	Busca pessoal	149
3.2	NECESSIDADE DE PROTEÇÃO EFICIENTE NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E SEU REFLEXO NA PRODUÇÃO DA PROVA	150
3.3	MECANISMOS DE PROVA ESPECIAIS PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO.....	158
3.3.1	Âmbito de Aplicação	158
3.3.2	Afastamento dos Sigilos Fiscal, Bancário e Financeiro	160
3.3.3	Acesso Direto a Dados Cadastrais	162
3.3.4	Interceptação de Comunicações Telefônicas e Telemáticas	163
3.3.4.1	Introdução	163
3.3.4.2	Requisitos.....	164
3.3.4.3	Formalização do pedido	166
3.3.4.4	Encontro fortuito de provas.....	172
3.3.4.5	Compartilhamento da prova emprestada.....	173
3.3.4.6	Diferença entre interceptação telefônica, gravação unilateral e escuta telefônica	174
3.3.4.7	Interceptação das comunicações telemáticas.....	176
3.3.4.8	Interceptações das comunicações telefônicas e telemáticas no direito estrangeiro.....	178
3.3.5	Captação Ambiental.....	179
3.3.6	Ação Controlada e Entrega Viglada.....	183
3.3.7	Colaboração Premiada	190
3.3.7.1	Conceito, origem e natureza jurídica.....	190
3.3.7.2	Fase pré-acordo de colaboração: a proposta, as reuniões preliminares e o termo de confidencialidade ..	193
3.3.7.3	Requisitos para o acordo de colaboração e os possíveis prêmios ao colaborador	196
3.3.7.4	Forma do acordo e a homologação judicial.....	200
3.3.7.5	O não oferecimento de denúncia pelo Ministério Público.....	205
3.3.7.6	Momento	210
3.3.7.7	Rescisão do acordo de colaboração premiada	211
3.3.7.8	Recurso contra a decisão judicial que homologa ou recusa a homologação do acordo	212
3.3.7.9	Direitos do colaborador.....	213
3.3.7.10	Colaboração e os crimes contra a vida	213

3.3.8	Cooperação entre Instituições	214
3.3.8.1	Formas de cooperar	214
3.3.8.2	Necessidade de avanços	216
4	INFILTRAÇÃO DE AGENTES	219
4.1	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	219
4.2	NECESSÁRIA DISTINÇÃO ENTRE AGENTE INFILTRADO, AGENTE PROVOCADOR E AGENTE POLICIAL DISFARÇADO.....	221
4.3	MODELO BRASILEIRO	226
4.3.1	Aspectos Históricos.....	226
4.3.2	A Infiltração Física de Agentes (Infiltração “ <i>In Loco</i> ” ou Real)..	229
4.3.2.1	Introdução.....	229
4.3.2.2	Aspectos procedimentais.....	230
4.3.2.2.1	Legitimidade.....	230
4.3.2.2.2	Momento.....	231
4.3.2.2.3	Pressupostos para ser agente infiltrado...	233
4.3.2.2.4	Trâmite sigiloso e decisão judicial.....	236
4.3.2.2.5	Requisitos	240
4.3.2.2.6	O alcance e os limites da decisão judicial	243
4.3.2.2.7	Prazo	245
4.3.2.2.8	Relatórios da infiltração.....	247
4.3.2.2.9	Cessação	249
4.3.2.3	Responsabilidade penal do agente infiltrado	251
4.3.2.4	Direitos do agente infiltrado	257
4.3.3	Infiltração Virtual de Agentes	259
4.3.3.1	Infiltração virtual no Estatuto da Criança e Adolescente.....	259
4.3.3.2	Infiltração virtual no “pacote anticrime”	265
4.4	ESTUDO SISTEMÁTICO DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES NO DIREITO ESTRANGEIRO	268
4.4.1	Estados Unidos da América	268
4.4.2	Itália	274
4.4.3	Alemanha	276
4.4.4	Espanha	277
4.4.5	França.....	280

Infiltração de Agentes e o Combate ao Crime Organizado	21
4.4.6 Portugal	282
4.4.7 Argentina	285
4.5 DA TEORIA À PRÁTICA: TRILHANDO O CAMINHO PARA QUE A INFILTRAÇÃO DE AGENTES POSSA SER OPERACIONALIZADA NO BRASIL COM EFICIÊNCIA E RESPEITO ÀS GARANTIAS	288
4.5.1 Panorama Comparativo	288
4.5.2 As Fases da Operação de Infiltração de Agentes	290
4.5.3 Fase Pré-infiltração: Seleção, Treinamento e Formação do Agente Especial	291
4.5.4 Fase de Infiltração Propriamente Dita	299
4.5.4.1 Plano operacional	299
4.5.4.2 Equipe de suporte	300
4.5.5 Fase Pós-infiltração	303
4.6 TESTEMUNHO DO AGENTE INFILTRADO E PRESERVAÇÃO DE SUA IDENTIDADE	303
4.7 A INFILTRAÇÃO DE AGENTES SOB OS ENFOQUES DA EFICIÊNCIA E DO GARANTISMO	310
4.7.1 Críticas ao Mecanismo de Infiltração de Agentes e seu Necessário Contraponto	310
4.7.2 A Atuação do Agente Infiltrado e a Validade da Prova	313
4.7.3 Possibilidade de um Modelo Eficaz e Garantista	318
CONCLUSÃO	323
REFERÊNCIAS	327
ÍNDICE REMISSIVO	339